

Universidade Da Maturidade: Uma Política Pública Com Olhar Diferenciado Para A Educação Dos Velhos De Pedro Afonso - To

Neila Barbosa Osório¹, Dalmarégia Monteiro Silva²,
George Da Cunha Furtado³, Glauce Gonçalves Da Silva Gomes⁴,
Gisley Gomes Lima Carvalho⁵, Ironilde Lopes Cavalcante⁶,
Leticia Silva Rodrigues⁷, Luiz Sinésio Silva Neto⁸,
Marileide Carvalho De Souza⁹, Rita Mara Mezalira Woicik¹⁰,
Victor Hugo Figueiró¹¹, Vilmar Luiz Woicik¹² Albert Lennon Lima Martins¹³

*Pós-Doutora Em Educação - Universidade Federal Do Tocantins (Uft);
Graduada Em Pedagogia - Ifto; Especialização Em Educação Em Direitos Humanos - Uft;
Mestre Em Geografia Humana - Universidade Federal De Goiás (Ufg);
Mestre Em Educação - Universidade Federal Do Tocantins (Uft);
Licenciada Em Pedagogia - Faculdade São Marcos; Licenciada Em Educação Física - Unip; Especialista Em Neuropsicopedagogia E Educação Especial E Inclusiva - Aba; Especialização Em Educação Especial - Unifecaf;
Licenciada Em Geografia - Uft; Pós-Graduada Em Educação Inclusiva E Libras - Unicv; Especialista Em Metodologia Do Ensino Da Geografia - Unicv;
Graduada Em Pedagogia - Prominas; Pós-Graduada Em Psicopedagogia;
Pós-Doutor Em Educação Em Saúde - Universidade Federal Do Tocantins (Uft);
Mestre Em Educação - Universidade Federal Do Tocantins (Uft);
Especialista Em Gestão Escolar - Universidade De Brasília (Unb); Licenciatura Em Letras Português/Inglês - Unoesc;
Bacharel Em Direito - Unitins; Especialista Em Direito Tributário - Idasp; Especialista Em Direito Do Consumidor - Faculdade Focus;
Especialista Em Gestão Escolar - Universidade De Brasília (Unb); Licenciado Em Letras Português/Inglês - Unoesc;
Doutorado Produção Vegetal - Universidade Federal Do Tocantins (Uft); Docente Iefs;*

Resumo

Este artigo surge com o objetivo de pesquisar o percurso do município de Pedro Afonso - TO como modelo emergente de cidade inteligente com foco na população adulta/velha. A partir de um recorte qualitativo e documental, analisa-se a construção de políticas públicas que promovem o envelhecimento ativo, a mitigação da exclusão e o protagonismo dos velhos, alinhando-se às diretrizes da Organização Mundial da Saúde para cidades amigas da maturidade. A análise destaca ações como eventos culturais, práticas intergeracionais, educação ambiental, lazer, indicando avanços significativos no campo da cidadania, inovação social, além de propor o Programa da Universidade da Maturidade para ampliar o seu potencial, pois o município de Pedro Afonso, no Tocantins, demonstra possibilidade para se consolidar como cidade inteligente voltada à maturidade, para tanto, é necessário que se amplie as ações voltadas para o envelhecimento humano ativo, saudável e minimize o preconceito, tensionando a valorização do conhecimento ao longo da vida e a construção de uma cidade amiga do velho.

Palavras-chave: *envelhecimento ativo; cidade inteligente; inclusão; políticas públicas; velhice.*

Date of Submission: 19-08-2025

Date of Acceptance: 29-08-2025

I. Introdução

O processo de envelhecimento populacional tem se intensificado nas últimas décadas, configurando-se como um dos maiores desafios sociais do século XXI. No Brasil, essa realidade tem exigido novas abordagens e estratégias voltadas à promoção do envelhecimento ativo, à inclusão social e à garantia de direitos da população idosa. Nesse cenário, iniciativas que integram políticas públicas, desenvolvimento urbano e ações educacionais

tornam-se fundamentais para enfrentar as demandas dessa crescente parcela da população. Este artigo propõe uma reflexão sobre essa temática a partir da experiência do projeto *Cidade Inteligente para a Pessoa Idosa: Construindo um Futuro Inclusivo*, com foco no município de Pedro Afonso, Tocantins, analisando dados demográficos, o papel das municipalidades e a relevância do Programa Universidade da Maturidade (UMA) como ferramenta de transformação social e valorização da longevidade.

A partir da proposta do projeto *Cidade Inteligente para a Pessoa Idosa: Construindo um Futuro Inclusivo*, elaborado como requisito para a conclusão da disciplina Tópicos Especiais de Educação Intergeracional, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e ministrada pela Professora Dra. Neila Barbosa Osório, surge o presente artigo. O projeto tem como objetivo promover o envelhecimento ativo e saudável, prevenir a exclusão social e o isolamento das pessoas idosas, garantir o acesso a serviços essenciais, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dessa população.

Este artigo aborda o fenômeno do envelhecimento populacional e analisa as políticas públicas voltadas à mitigação dos impactos que afetam esse segmento da sociedade. Busca-se, com isso, contribuir para a prevenção de possíveis consequências negativas nos âmbitos sociais e econômicos do envelhecimento, processo natural, que se configura como uma tendência mundial. O crescimento acelerado da população idosa, em comparação aos demais grupos etários, impõe novos desafios à sociedade contemporânea, exigindo respostas por parte do poder público e da sociedade civil.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, a expectativa de vida no Brasil alcançou 76,4 anos, superando os níveis observados antes da pandemia de COVID-19. A média foi de 73,1 anos para os homens e 79,7 anos para as mulheres. Já o Censo Demográfico de 2022 revelou que o índice de envelhecimento no estado do Tocantins chegou a 37,2%, o que significa que havia 37,2 pessoas idosas para cada 100 crianças. Em comparação com o Censo de 2010, observa-se um aumento expressivo de 62% na população idosa do estado ao longo dos últimos 12 anos, evidenciando uma tendência de envelhecimento acelerado também em regiões historicamente mais jovens.

O Estado do Tocantins, localizado na região Norte do Brasil, foi criado em 1988, sendo o mais jovem entre os 26 estados brasileiros. Situado no centro geográfico do país, faz fronteira com as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. O crescimento populacional no estado, especialmente no que se refere à população idosa, com destaque para as regiões interioranas, evidencia a necessidade de ações proativas voltadas à construção de uma nova concepção urbana sobre o envelhecimento e a expectativa de vida. Planejar o futuro do Tocantins torna-se, portanto, uma tarefa urgente, com vistas à promoção de uma longevidade saudável, ativa e com qualidade de vida, considerando, sobretudo, as municipalidades como espaços estratégicos para a transformação social.

O município de Pedro Afonso, localizado no interior do Tocantins e objeto de estudo deste artigo, possui uma população idosa (com 60 anos ou mais) que representa aproximadamente 17% de seus habitantes. A cidade destaca-se como um importante polo regional, com grande potencial de consumo e crescimento econômico, especialmente em razão de sua forte atuação no agronegócio. Pedro Afonso lidera a produção de soja e a exportação de produtos agrícolas no norte do Brasil, além de abrigar a maior usina sucroalcooleira da região. Sua localização estratégica, entre os rios Sono e Tocantins, reforça ainda mais sua relevância econômica e geográfica no contexto estadual.

O aumento da expectativa de vida impõe novos desafios à sociedade, que ainda busca se adaptar às transformações no perfil demográfico. No Tocantins, especialmente nas regiões interioranas, ainda é evidente a carência de ações efetivas voltadas à valorização e inclusão da população idosa. Diante da projeção de crescimento contínuo desse segmento etário, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas eficazes, que promovam o envelhecimento digno, ativo e integrado à vida social.

Diante desse contexto, este trabalho busca contribuir com a área da educação ao evidenciar como a implementação do Programa Universidade da Maturidade (UMA), voltado à promoção e valorização da longevidade, pode proporcionar uma vida com mais qualidade e dignidade às pessoas idosas. O programa se apresenta como uma ferramenta relevante para o município de Pedro Afonso, no Tocantins, ao ressignificar, de forma concreta, o conceito de “melhor idade”, frequentemente associado de maneira negativa ao envelhecimento, promovendo, assim, uma nova perspectiva sobre essa etapa da vida.

Com o avanço do envelhecimento da população, especialmente em cidades do interior como Pedro Afonso, no Tocantins, fica clara a necessidade de repensar as formas de incluir e valorizar as pessoas idosas. A proposta do projeto *Cidade Inteligente para a Pessoa Idosa* e a implantação do Programa Universidade da Maturidade (UMA) mostram como a educação e as políticas públicas podem transformar a vida dessas pessoas, promovendo um envelhecimento ativo, com dignidade e participação na sociedade. Essas iniciativas ajudam a mudar a visão sobre o envelhecimento, mostrando que essa fase da vida pode ser repleta de aprendizado, significado e contribuição. Construir cidades mais acolhedoras e preparadas para todas as idades é um caminho para garantir qualidade de vida e respeito às gerações que vivem hoje e às que virão.

II. Fenômeno Do Envelhecimento Populacional

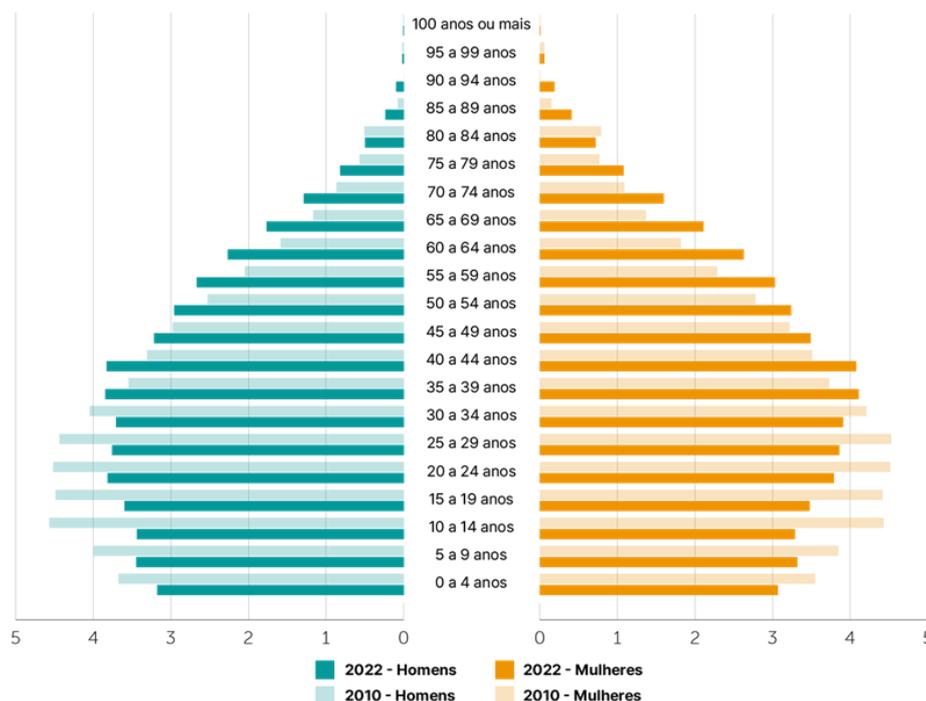
Um dos fenômenos que tem chamado atenção nos dias atuais é o envelhecimento da população que se caracteriza como um processo natural, universal, irreversível e que ocorre de forma assíncrona e distinta nos seres humanos. O envelhecimento tem se tornado um grande desafio tanto para os governos quanto para a sociedade que vem percebendo o alargamento desta população na pirâmide etária atual em comparação com as dos anos anteriores.

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno demográfico que vem se acentuando nas últimas décadas, trazendo importantes transformações sociais e econômicas. Dados do Censo Demográfico 2022 revelam um crescimento significativo no número de pessoas com 65 anos ou mais, enquanto a população infantil apresenta redução. Além disso, o aumento da idade mediana da população brasileira confirma esse processo, indicando uma mudança no perfil etário do país que exige atenção especial dos formuladores de políticas públicas e da sociedade como um todo.

Esse envelhecimento acelerado da população traz consigo desafios complexos para diversas áreas, como saúde, previdência social, mercado de trabalho e planejamento urbano. À medida que a proporção de idosos aumenta, cresce também a necessidade de garantir políticas públicas que promovam qualidade de vida, inclusão social e acesso a serviços adequados para esse grupo. Ao mesmo tempo, a redução da população jovem impacta setores como a educação e a força de trabalho futura, exigindo um equilíbrio cuidadoso entre as demandas das diferentes faixas etárias para o desenvolvimento sustentável do país, conforme se vislumbra na pirâmide etária a seguir:

População residente no Brasil (%)

Segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022



Fontes: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo; IBGE - Censo Demográfico 2010

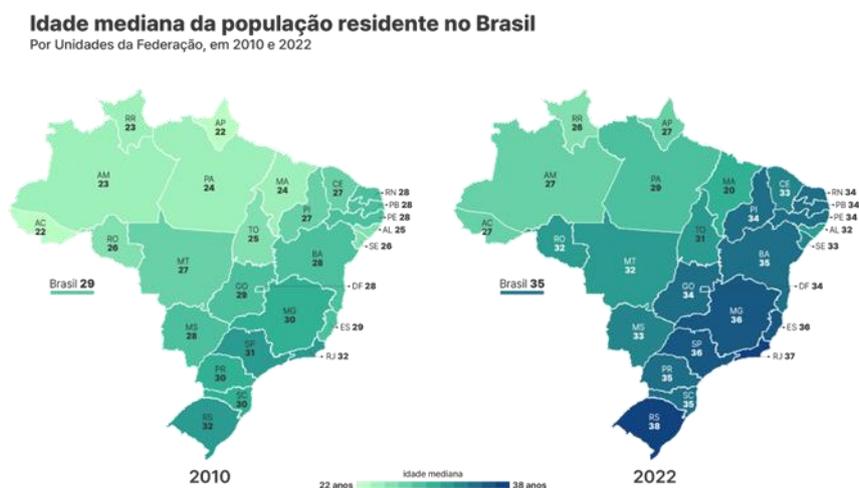
Conforme os resultados do Censo Demográfico 2022, o número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% na população do país em 12 anos. O total de pessoas dessa faixa etária chegou a cerca de 22,2 milhões de pessoas (10,9%) em 2022 contra 14 milhões (7,4%) em 2010. Por outro lado, o total de crianças com até 14 anos de idade decresceu 12,6%, mudando de 45,9 milhões (24,1%) em 2010 para 40,1 milhões (19,8%) em 2022.

Ainda referente aos dados do IBGE, o aumento da idade mediana do brasileiro que passou de 29 anos em 2010 para 35 anos em 2022, indicando um envelhecimento da população. Esse aumento de seis anos na idade mediana entre os dois censos é o maior já registrado no Brasil desde 1940. A idade mediana é um indicador que divide a população em duas partes iguais: os 50% mais jovens e os 50% mais velhos, diferente da idade média, que pode ser afetada por valores extremos, enquanto a idade mediana é mais resistente a esses valores.

Os dados do Censo Demográfico 2022 revelam uma transformação profunda na estrutura etária da população brasileira, marcada pelo crescimento acelerado da população idosa e pela significativa redução do contingente infantil. Esse envelhecimento demográfico, evidenciado pelo aumento expressivo da idade mediana, impõe desafios complexos ao planejamento social e econômico, especialmente para gestores urbanos que precisam adaptar cidades às novas demandas.

Sob a perspectiva de um gestor público, torna-se urgente repensar as políticas urbanas, infraestrutura e serviços públicos para garantir acessibilidade, mobilidade, habitação adequada, saúde e lazer para uma população que envelhece rapidamente. Além disso, o declínio no número de crianças impacta a organização dos espaços escolares e a dinâmica do mercado de trabalho futuro, exigindo estratégias integradas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Como pode-se conferir na ilustração abaixo retirada do <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>,



Frente aos dados apresentados, é necessário reconhecer o papel e a importância das políticas públicas que promovam a qualidade de vida, a melhoria na oferta de serviços básicos aos velhos. Tanto no Brasil quanto na maioria dos países, têm sido implementados determinados direitos e oportunidades concedidos aos mais velhos por meio de ação pública com vista a assegurar um envelhecimento ativo, saudável e acima de tudo humanitário. Essas políticas são necessárias para que os velhos possam voltar-se a si mesmos, receber os cuidados de que necessitam e viver a sociedade sob uma perspectiva de convivência intergeracional.

Na região Norte, o crescimento da população idosa é uma realidade que revela histórias de vida, saberes e experiências que merecem ser acolhidos com respeito e dignidade. Em Pedro Afonso, onde cerca de 17% dos habitantes têm mais de 60 anos, essa presença representa não apenas números, mas pessoas que desejam ser vistas, ouvidas e incluídas de forma plena na comunidade.

A necessidade de criar caminhos que promovam a acessibilidade e a valorização dessas vidas envelhecidas torna-se urgente, sobretudo diante das desigualdades regionais que silenciam muitos e limitam o acesso justo a recursos essenciais. É fundamental que sejam desenvolvidas iniciativas que não só apoiem um envelhecimento saudável e ativo, mas que também reconheçam o envelhecer como um processo rico em significados, capaz de fortalecer os vínculos sociais e resgatar o sentido de pertencimento.

III. Envelhecimento Populacional E Suas Implicações

A transição demográfica caracterizada pelo aumento da população idosa tem impactos diretos nas políticas públicas e na organização social. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023), a expectativa de vida atingiu 76,4 anos, sendo 73,1 anos para homens e 79,7 anos para mulheres. Esse crescimento reforça a necessidade de ações governamentais que atendam às demandas desse público e promovam o envelhecimento ativo e saudável.

De acordo com Kalache (2013), o conceito de "envelhecimento ativo" está diretamente ligado à capacidade dos idosos de continuarem inseridos na sociedade, seja por meio do trabalho, do voluntariado ou da participação social. Para que isso ocorra, é essencial a implementação de políticas públicas eficazes, alinhadas aos princípios de acessibilidade, inclusão digital e qualidade de vida.

Além disso, o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde da OMS (2015) destaca que os governos devem investir em infraestrutura urbana e serviços de saúde especializados, garantindo que os idosos possam

manter sua autonomia por mais tempo. Essa mudança estrutural requer adaptações nos sistemas de transporte, moradia e atendimento médico, além da ampliação de espaços de convivência intergeracional.

Conforme Cícero (2024), para ser feliz, o principal, com efeito, é a tranquilidade, que um espírito não pode gozar se está, sozinho, preocupado com uma multidão de pessoas. Diante dessa realidade o poder público tem um papel fundamental de pensar em políticas para atender melhor a necessidade de todos.

Além disso, é fundamental destacar que, em um país tão diverso como o Brasil, a formulação de políticas públicas deve considerar múltiplas vertentes para atender às diferentes necessidades da população. Entre essas vertentes, destaca-se a importância de garantir o acesso universal à educação de qualidade, promovendo oportunidades equitativas para todas as pessoas, independentemente de sua origem social, raça ou local de residência.

Outro aspecto essencial é o cuidado com a saúde, assegurando que todos tenham acesso a serviços de saúde eficientes e humanizados, desde a atenção básica até tratamentos especializados. Também é indispensável que essas políticas respeitem as diferenças individuais e coletivas, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade.

Nesse contexto, merece atenção especial o cuidado com os mais velhos, reconhecendo suas contribuições para a sociedade e garantindo condições dignas de vida, com políticas que atendam às suas necessidades específicas em termos de saúde, moradia, mobilidade e convivência social.

No Brasil, a desigualdade social e regional impõe barreiras profundas à qualidade de vida da população idosa, evidenciando um abismo entre o que está garantido na Constituição e a realidade vivida por milhões. Esse cenário contrasta diretamente com o Art. 5º da Constituição Federal, que assegura: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança.” Quando o envelhecimento se torna sinônimo de abandono e exclusão, é a própria essência da igualdade constitucional que está sendo negligenciada.

Diversas iniciativas em diferentes âmbitos têm buscado voltar o olhar para o envelhecimento, mas, como destaca De Souza (2023), é urgente que sejam feitos avanços mais significativos, pois:

Somado à promoção da qualidade de vida na heterogeneidade e diversidade do contexto da população na fase do envelhecimento, urge a necessidade de reorientação dos serviços públicos para acompanhamentos diferenciados em cada situação de realidades diferentes, portanto, a reorientação dos serviços públicos se torna urgente para oferecer acompanhamentos diferenciados, que atendam às realidades específicas de cada idoso. Isso implica em políticas mais flexíveis, personalizadas e sensíveis às diferentes situações, garantindo que todos tenham acesso a cuidados adequados, respeitando suas particularidades e promovendo um envelhecimento mais digno, inclusivo e de qualidade.

Segundo Camarano (2016), enquanto algumas regiões dispõem de recursos adequados para o atendimento desse público, outras ainda enfrentam dificuldades para oferecer serviços essenciais. Esse cenário reforça a importância de programas como o Programa da Universidade da Maturidade - UMA que busca promover um envelhecimento digno e ativo, com fortalecimento de laços e vínculos, ampliação de vivências e experiência, valorização da inclusão e desenvolvimento do sentimento de pertencimento, que tende a desaparecer na terceira idade.

Diante desse panorama, torna-se evidente que o envelhecimento populacional não deve ser encarado apenas como um desafio, mas como uma oportunidade para repensar e aprimorar as estruturas sociais, econômicas e políticas do país. A promoção de um envelhecimento ativo, digno e inclusivo exige um compromisso contínuo do poder público, da sociedade civil e das instituições privadas na construção de políticas públicas integradas, flexíveis e sensíveis às diversas realidades da população idosa.

Garantir o respeito, a participação e a valorização dos idosos é um comportamento necessário para se romper com o *status quo*, ao mesmo tempo em que é possível fortalecer os princípios constitucionais de igualdade e dignidade, contribuindo para uma sociedade mais justa, solidária, acolhedora e sensível.

IV. Políticas Públicas Para A População Idosa

As políticas públicas destinadas à população idosa no Brasil encontram respaldo em marcos legais significativos, entre os quais se destacam a Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842 de 1994, e o Estatuto do Idoso, consolidado pela Lei nº 10.741 de 2003. Esses dispositivos normativos estabelecem diretrizes fundamentais para a garantia de direitos e para a promoção da proteção social desse grupo etário, cuja presença na sociedade tem se ampliado de forma expressiva.

A realidade demográfica atual evidencia um processo contínuo e acelerado de envelhecimento populacional. Esse fenômeno impõe ao poder público não apenas a responsabilidade, mas a necessidade urgente de reavaliar e fortalecer ações que respondam, de maneira eficaz, às demandas específicas dessa parcela crescente da população. A estrutura das políticas públicas deve ser pensada em consonância com os novos desafios sociais, econômicos e culturais impostos pelo envelhecimento.

No contexto dessa transformação, a educação assume um papel estratégico. Conforme argumenta Osório, em publicação de 2023, a educação sempre representou um alicerce essencial para o desenvolvimento das sociedades. Quando direcionada à população idosa, sua relevância é ainda mais acentuada, pois contribui para a promoção do velho e para o fortalecimento da cidadania. O acesso ao conhecimento, em suas múltiplas dimensões, possibilita aos idosos a atualização de saberes, o exercício pleno de seus direitos, o convívio social e o reconhecimento de sua trajetória de vida.

Sob essa perspectiva, a inclusão social da pessoa idosa emerge como uma exigência ética e social inadiável. Freire, ao refletir sobre as relações humanas em 1992, destaca a importância da bondade presente nos encontros interpessoais, mesmo diante das imperfeições inerentes à condição humana. Essa concepção remete à valorização da dignidade em todas as fases da vida, especialmente na velhice, quando o reconhecimento social tende a ser minimizado por preconceitos ou estigmas.

A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática passa, portanto, pelo comprometimento com políticas públicas integradas, que reconheçam o envelhecimento como parte natural da trajetória humana e que promovam a valorização do idoso em todas as esferas sociais. A educação, nesse processo, configura-se não apenas como instrumento de capacitação, mas como ferramenta imprescindível para a promoção do bem-estar, do protagonismo e da dignidade. Reafirma-se, assim, a urgência de um novo olhar sobre o envelhecimento, alicerçado na justiça social, na equidade e no respeito à pluralidade das experiências humanas.

V. Estatuto Do Idoso

O Estatuto do Idoso, instituído no ordenamento jurídico brasileiro, representa um marco significativo na consolidação de direitos voltados à população com sessenta anos ou mais. Sua formulação estabelece diretrizes fundamentais para a promoção da saúde, segurança e bem-estar dessa parcela da sociedade, reconhecendo o envelhecimento como uma etapa que exige políticas públicas específicas e eficazes.

A legislação contempla direitos diversos, como os relacionados à previdência social, assistência, gratuidade no transporte público e atendimento prioritário nos serviços públicos e privados. Tais garantias não apenas asseguram melhores condições de vida para os idosos, como também reafirmam o compromisso ético e jurídico do Estado e da sociedade com a dignidade humana em todas as fases da existência.

O artigo terceiro do referido Estatuto é particularmente relevante por dispor sobre a obrigação conjunta da família, da comunidade, da sociedade e do poder público na efetivação de direitos essenciais. Dentre esses direitos, destacam-se a garantia da vida, da saúde, da alimentação, da educação, da cultura, do esporte, do lazer, do trabalho, da cidadania, da liberdade, da dignidade, do respeito e da convivência familiar e comunitária.

O dispositivo legal explicita que tais direitos devem ser promovidos com absoluta prioridade, reforçando o papel ativo de todos os setores sociais na construção de uma velhice mais justa e protegida. Essa articulação intersetorial é condição indispensável para que os direitos estabelecidos não permaneçam apenas no plano normativo, mas sejam materializados em ações concretas.

A legislação, contudo, embora configure um avanço expressivo, enfrenta obstáculos substanciais em sua implementação. A limitação de recursos financeiros e humanos é um dos principais entraves à plena execução das políticas públicas voltadas à pessoa idosa. A ausência de investimento adequado compromete a infraestrutura necessária para garantir acessibilidade, mobilidade urbana adaptada, atendimento médico especializado e programas de assistência social.

Além disso, é evidente a necessidade de ampliar a conscientização coletiva sobre os direitos dos idosos. Muitos profissionais das áreas de saúde, assistência e educação, bem como a população em geral, ainda carecem de preparo e conhecimento para lidar com as especificidades do envelhecimento, o que dificulta a concretização de uma política inclusiva e respeitosa.

A reflexão crítica proposta por Freire, ao afirmar a insuficiência de uma democracia que tolere a existência de indivíduos sem acesso a direitos fundamentais, ilumina a importância de uma abordagem que ultrapasse a retórica legal. A radicalidade democrática, nesse contexto, exige mais do que o reconhecimento formal dos direitos: requer ações concretas que impeçam que os idosos vivam à margem da sociedade, privados de moradia, saúde, educação e dignidade.

A efetividade do Estatuto do Idoso depende, portanto, do compromisso real com a justiça social e da recusa a qualquer forma de negligência institucional ou social que comprometa a qualidade de vida na velhice.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, regulamentada pelo Ministério da Saúde, insere-se nesse esforço institucional ao estabelecer mecanismos para assegurar o envelhecimento saudável, a autonomia e a dignidade dessa população.

Conforme o artigo nono do Estatuto, é dever do Estado garantir a proteção à vida e à saúde da pessoa idosa por meio da efetivação de políticas públicas que respondam às suas necessidades específicas. A oferta de serviços de atenção primária, programas de prevenção de doenças crônicas, capacitação de profissionais da saúde e estruturação da rede de cuidados integrais são componentes essenciais dessa política, que visa atender de forma humanizada e eficiente às demandas da velhice.

Outro instrumento fundamental para a proteção social dos idosos em situação de vulnerabilidade econômica é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no artigo trigésimo quarto do Estatuto. Destinado a pessoas com sessenta e cinco anos ou mais que não disponham de meios para prover a própria subsistência, nem de tê-la assegurada por seus familiares, o BPC garante o pagamento de um salário mínimo mensal.

Trata-se de um mecanismo que, embora limitado em sua abrangência e valor, desempenha papel relevante na redução das desigualdades e na promoção de uma velhice com maior segurança econômica. Essa iniciativa, aliada a programas como o Bolsa Família, integra a rede de proteção social voltada a segmentos vulneráveis da população.

A promoção de um envelhecimento ativo e integrado também requer o fortalecimento de iniciativas governamentais e comunitárias que ampliem as possibilidades de participação social dos idosos. Nesse sentido, diversas ações têm sido desenvolvidas com vistas à valorização dessa fase da vida.

A proposta da Organização Mundial da Saúde denominada Cidade Amiga do Idoso propõe a adaptação de espaços urbanos e serviços públicos para torná-los mais inclusivos e acessíveis. Os Centros de Convivência para Idosos desempenham papel importante ao oferecer atividades culturais, recreativas e de socialização, contribuindo para a saúde mental e emocional. Programas de requalificação profissional, por sua vez, possibilitam que os idosos permaneçam no mercado de trabalho caso desejem, promovendo a autonomia financeira e o reconhecimento de sua experiência.

Iniciativas como a Universidade da Maturidade (UMA) são expressões da valorização da intergeracionalidade e do estímulo à educação continuada. Ao criar ambientes inclusivos que promovem a inclusão digital, a empregabilidade e o fortalecimento de vínculos sociais, esse tipo de programa reconhece a capacidade produtiva e intelectual da população idosa. A consolidação de políticas públicas eficazes para a velhice exige, portanto, o engajamento coordenado entre governo, sociedade civil e famílias.

Por meio de ações articuladas e comprometidas será possível garantir que os direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso deixem de ser uma promessa e se transformem em realidade concreta na vida cotidiana dos cidadãos velhos.

VI. Programa Universidade Da Maturidade – Uma

Com o objetivo de conhecer o processo de envelhecimento do ser humano para oferecer na promoção do sujeito que envelhece e provocar transformações sociais na conquista de uma velhice ativa e digna baseado no Estatuto do Idoso a UMA nasce no dia 26 de fevereiro de 2006.

A Universidade da Maturidade (UMA) – é um programa de extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com uma proposta pedagógica voltada à melhoria da qualidade de vida da pessoa adulta e dos idosos, sendo um espaço de convivência social de aquisição de novos conhecimentos voltados para o envelhecer sadio e digno e, sobretudo na tomada de consciência da importância de participação do idoso na sociedade enquanto sujeito histórico.

A missão da Universidade da Maturidade é desenvolver uma abordagem holística, com prioridade para a educação, a saúde, o esporte, o lazer, a arte e a cultura, concretizando, desta forma, um verdadeiro desenvolvimento integral dos alunos, buscando uma melhoria da qualidade de vida e o resgate da cidadania. Pode-se perceber como a UMA impacta de forma relevante a vida das pessoas velhas que reencontram o sentimento de estar renascendo com um novo propósito a partir do texto de OSÓRIO, N.B; Silva Neto LS (2017):

A UMA/UFT possui um currículo desenvolvido que estimula a reflexão do sujeito sobre a expectativa do seu envelhecimento e dessa maneira determina a sua motivação para as ações educacionais. Isso explica a vontade dos velhos em não perder o vínculo com o projeto, frases como “Eu não saio mais daqui até o fim dos meus dias” são comuns nas falas dos acadêmicos.

Há 19 anos a Universidade da Maturidade - UMA se concretiza como uma política pública de forma eficaz, com o crescimento de pólos presentes em várias cidades do Tocantins, ao extrapolar as divisas com a instalação em outros estados como Bahia e Mato Grosso do Sul e também limites por ter se efetivado internacional com a implantação do pólo em Portugal como mostra a tabela abaixo:

Ano de Criação do Polo	Cidade	Histórico
2006	Palmas	A autora do Programa Professora Doutora Neila Barbosa Osório, realiza o sonho de implantar a Universidade da Maturidade.
2009	Arraias	Berço da Escravidão no norte goiano, agora leva os velhos para a sala de aula.
2009	Gurupi	Visa desenvolver o atendimento dos velhos desta cidade que possui uma grande representatividade de velhos e velhas.
2009	Miracema	Miracema possui berço histórico na construção da capital do estado, desenvolvendo o atendimento dos velhos e velhas.
2009	Tocantinópolis	Desenvolver atendimento qualitativo aos idosos, melhorando a qualidade de vida.

2010	Porto Nacional	O polo foi implantado com o objetivo de fortalecer a história cultural dos velhos, em outro município do Estado do Tocantins.
2011	Brejinho de Nazaré	A UMA traz mais uma possibilidade de atendimento aos velhos e velhas com oportunidade de estudo ao longo da vida.
2011	Araguaína	A Universidade da maturidade foi criada com o objetivo de propiciar, à população acima de 45 anos, o acesso justo e igualitário à educação continuada.
2019	Dianópolis	A UMA alcança uma região histórica do Tocantins no intuito de melhorar a vida dos velhos por meio da educação.
2021	Paraíso do Tocantins	A UMA fortalece a educação intergeracional, realizando uma parceria com a educação do Município.
2021	Monte do carmo	A UMA oferece aprendizado e socialização para pessoas com 45 anos ou mais.
2021	Campo Grande - MS	A UMA extrapola as divisas municipais e atua no Mato Grosso do Sul.
2021	Tocantínia – Indígena	A UMA é implantada com uma proposta de atendimento aos velhos e velhas da comunidade indígena Xerente.
2021	Tocantínia - Rural	A UMA tem o objetivo de promover o envelhecimento ativo e digno, a orientação social e a preservação da cultura.
2021	Tocantínia - Urbana	A UMA proporciona condições aos acadêmicos velhos de ressignificar suas vivências e ainda contribuir ativamente na sociedade.
2022	Palmeirópolis	A UMA fortalecendo o trabalho no atendimento aos velhos em Palmeirópolis.
2023	São Sebastião	A educação ao longo da vida é um dos objetivos do atendimento educacional da UMA.
2023	Barreiras - Bahia	Novamente ao projeto UMA instala-se fora do território tocantinense.
2024	Dourados - MS	Promove a educação, o bem-estar e a inclusão social de adultos e idosos, incentivando a aprendizagem contínua e a melhoria da qualidade de vida.
2024	São Salvador	Com o objetivo de conhecer o processo de envelhecimento do ser humano para oferecer na promoção do sujeito que envelhece e provocar transformações sociais na conquista de uma velhice ativa e digna.
2024	Pedro Afonso	
2025	Soure Coimbra - Portugal	Um marco na internacionalização da UMA. Com objetivo de propor a criação de espaços intergeracionais para preservar tradições e promover encontro de gerações.

Fonte: Secretaria da UMA, Palmas, Tocantins (2025) criada pelo W.V.Santana (2025).

Ao longo de seus 19 anos de existência, a Universidade da Maturidade (UMA) vem consolidando-se como uma política pública inovadora voltada à promoção do envelhecimento ativo, digno e participativo. Com uma proposta pedagógica que valoriza a formação integral e a inclusão social, o programa contribui significativamente para o fortalecimento da autoestima, da identidade e do protagonismo social das pessoas idosas.

A expansão de seus polos por diversas cidades do Tocantins, por outros estados brasileiros e, mais recentemente, em território internacional, evidencia o impacto positivo da iniciativa. Ao articular educação, cultura, saúde e relações intergeracionais, a UMA reafirma seu compromisso com a construção de uma velhice repleta de sentido, reconhecimento e oportunidades de desenvolvimento contínuo.

VII. O Envelhecimento, A Comunidade, A Uma

O envelhecimento ativo e saudável envolve muito mais do que a ausência de doenças. Trata-se de um processo contínuo de adaptação às transformações que ocorrem ao longo da vida, com o objetivo de manter qualidade de vida na velhice. Esse conceito está fundamentado em ações que promovem o bem-estar físico, mental, emocional e social das pessoas idosas.

A Universidade da Maturidade representa uma iniciativa que contempla esse olhar ampliado sobre o envelhecimento, ao oferecer cursos e atividades voltadas ao estímulo da participação social, à aprendizagem ao longo da vida e à adoção de hábitos saudáveis. O programa Universidade da Maturidade também tem como propósito promover a convivência intergeracional, criando espaços onde pessoas de diferentes faixas etárias podem compartilhar experiências, vivências e conhecimentos.

Essa troca contribui para o fortalecimento das relações humanas e para a valorização das diversas etapas da vida. Ao reconhecer as capacidades e contribuições das pessoas idosas, o programa combate estereótipos e preconceitos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diferenças etárias.

Entre os principais desafios enfrentados pelas pessoas idosas, o programa busca atuar em três dimensões importantes. No aspecto econômico, oferece oportunidades que estimulam a autonomia e favorecem a inserção social. No campo afetivo, promove ambientes de convivência, amizade e apoio mútuo, com o objetivo de reduzir o isolamento social. Na dimensão do conhecimento, incentiva o aprendizado contínuo, o acesso à informação e o desenvolvimento pessoal, demonstrando que o envelhecimento pode ser um período fértil para o crescimento intelectual e emocional.

A Universidade da Maturidade pode ser considerada uma tecnologia social, pois se baseia em um conjunto de métodos, técnicas e processos desenvolvidos com o intuito de responder a demandas sociais e melhorar a qualidade de vida das comunidades, em especial no que diz respeito ao envelhecimento humano. Diferentemente das tecnologias tradicionais, essa abordagem valoriza o envolvimento direto da comunidade em todas as etapas do processo, promovendo a autonomia e o protagonismo dos participantes.

Inspirado na perspectiva pedagógica de Paulo Freire, que defende o aprendizado como um processo construído no fazer e no refazer, o projeto da Universidade da Maturidade integra teoria e prática em suas atividades. Dessa forma, possibilita que os participantes aprendam por meio da vivência, construindo conhecimentos significativos a partir de suas realidades. Ao adotar essa metodologia, o programa fortalece o envolvimento intergeracional e contribui para transformar o envelhecimento em uma fase de novas possibilidades e realizações.

VIII. Pedro Afonso E O Contexto Da Gestão Municipal

Pedro Afonso é uma cidade localizada na zona norte do estado do Tocantins, no coração do Brasil. Ela está entre os rios Tocantins e Sono, a 206 km da capital tocantinense, Palmas. A cidade foi fundada em 1847 e seu nome homenageia o príncipe D. Pedro Afonso de Orleans e Bragança. Conforme dados do IBGE, a população de Pedro Afonso, no Tocantins, em 2024 era de 14.731 habitantes.

Pedro Afonso também forma uma conurbação com os municípios vizinhos de Bom Jesus do Tocantins e Tupirama, sendo a única entre três municípios diferentes no estado.



<https://turismo.to.gov.br/index.php/pt/conheca/galeria/pedro-afonso>

A cidade é conhecida por sua beleza natural e legado histórico, além de ser um importante polo econômico e turístico na região. Pedro Afonso é um dos destaques no ecoturismo do Tocantins, com atrativos como a praia do Rio Sono, Ilha do Tocantins e praia do Duga que se formam às margens do Rio Tocantins e do Rio Sono.

Os habitantes de Pedro Afonso, conhecidos como pedroafonsinos, são tradicionalmente reconhecidos por seu espírito acolhedor e guerreiro. Essa identidade marcante está profundamente enraizada nos acontecimentos históricos que moldaram o município ao longo de quase 178 anos de existência.

Com um Produto Interno Bruto (PIB) anual de aproximadamente R\$ 552,3 milhões, Pedro Afonso destaca-se como um importante polo econômico no estado do Tocantins. Sua economia é fortemente baseada no agronegócio, setor que impulsiona o desenvolvimento local e garante sua projeção em nível estadual e nacional.

Conhecida como a "Capital da Soja", a cidade se destaca pela produtividade agrícola, especialmente no cultivo de grãos. Além disso, abriga a maior e mais expressiva usina sucroalcooleira do estado, um empreendimento de grande porte com alto potencial de produção de cana-de-açúcar e derivados, como etanol e açúcar.

Sua localização estratégica, com fácil acesso a rodovias e centros logísticos, contribui para o escoamento eficiente da produção, consolidando Pedro Afonso como uma das cidades líderes em exportação no Tocantins. Essa combinação de tradição, força econômica e posição geográfica favorável torna o município uma referência em desenvolvimento e protagonismo regional.

Diante de sua expressiva força econômica e histórica, Pedro Afonso também demonstra um comprometimento crescente com o bem-estar social da população. Através da Secretaria de Assistência Social, o município atualmente atende cerca de 156 idosos em situação de vulnerabilidade ou com direitos violados. No entanto, considerando que aproximadamente 17% da população local, cerca de 2.500 pessoas, já se encontra na faixa etária a partir dos 60 anos, o poder público reconhece a necessidade de ampliar essa cobertura.

Para isso, está em desenvolvimento um Projeto de Lei que propõe a integração entre todas as Secretarias Municipais, com o objetivo de criar uma rede de apoio mais ampla e eficaz. Essa iniciativa reforça o compromisso de Pedro Afonso não apenas com o progresso econômico, mas também com a promoção da dignidade e do cuidado com seus cidadãos mais experientes, assegurando que o desenvolvimento alcance todas as faixas da população.

IX. Ações Desenvolvidas Em Pedro Afonso Em Prol Da Pessoa Idosa

O município de Pedro Afonso tem desenvolvido diversas ações em prol da valorização e do cuidado com a pessoa idosa, buscando promover qualidade de vida, integração social e reconhecimento do seu papel na comunidade. Um dos principais espaços de referência nesse trabalho é a Casa do Idoso.

Trata-se de uma estrutura ampla, planejada especialmente para acolher os idosos, com mobiliário adequado, projeto de jardinagem e um ambiente arborizado que proporciona bem-estar. Além disso, a Casa conta com o apoio de diferentes segmentos da sociedade local, fortalecendo uma rede de cuidado e apoio.

Entre as atividades oferecidas, destaca-se o momento de interação semanal promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o apoio das Secretarias de Saúde e de Cultura. Nesses encontros, os idosos participam de momentos informativos, compartilham um almoço e desfrutam de atividades culturais e recreativas, como a dança, estimulando a convivência e o engajamento social.

Outra iniciativa relevante é a oferta de aulas de beach tênis para pessoas com 60 anos ou mais. O projeto disponibiliza 96 vagas e conta com o acompanhamento de profissionais especializados, promovendo a prática de atividades físicas e contribuindo para a saúde física e mental dos participantes.

Pedro Afonso também realiza ações que fortalecem o reconhecimento e a valorização do legado dos idosos. Um exemplo é o projeto “Reconhecimento em Vida”, que celebra a trajetória e as contribuições das pessoas idosas do município, promovendo autoestima e respeito intergeracional.

O município conta ainda com um Conselho do Idoso atuante, que busca atualmente a sua legalização formal. A regularização permitirá que o conselho cumpra plenamente suas atribuições legais e adquira identidade institucional para atuar de forma mais efetiva nas políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

Além dessas iniciativas, encontra-se em análise no setor jurídico um Projeto de Lei que propõe a criação da Política Municipal da Pessoa Idosa. A proposta inclui a criação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa e visa promover a integração entre as Secretarias Municipais, articulando ações coordenadas para garantir o acolhimento, a proteção e o desenvolvimento de iniciativas que atendam às diversas dimensões da vida da população idosa em Pedro Afonso.

X. Análise Dos Resultados

Percebe-se que o município de Pedro Afonso tem avançado em alguns aspectos relacionados ao cuidado com a pessoa idosa. No entanto, ainda é necessário planejar e estruturar ações mais abrangentes para que a cidade possa ser reconhecida como uma Cidade Amiga da Pessoa Idosa, conforme os princípios propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para isso, é essencial implementar medidas que promovam acessibilidade, inclusão, segurança e bem-estar para a população idosa.

Entre os elementos fundamentais para essa transformação, destacam-se: calçadas acessíveis, moradias adaptadas com rampas, pisos táteis e sinalização clara, além de transporte público acessível e eficiente. Também é importante que as unidades de saúde contem com atendimento especializado para idosos, visando a promoção da qualidade de vida e da inclusão social.

Outro ponto crucial é o fortalecimento da participação ativa das pessoas idosas na vida comunitária e na elaboração de políticas públicas. Isso pode ser feito por meio de plataformas e programas participativos, que incentivem o protagonismo da pessoa idosa e valorizem suas experiências.

É igualmente relevante implementar programas de alfabetização digital, a fim de capacitar os idosos no uso de tecnologias e serviços inteligentes, promovendo sua autonomia. Além disso, atividades intergeracionais, que reúnam jovens e idosos, são fundamentais para o fortalecimento dos vínculos, a troca de saberes e o combate ao isolamento social.

Ações educativas também devem ser promovidas para desmistificar preconceitos, fomentar o respeito e valorizar a pessoa idosa na sociedade. Criar espaços de diálogo onde os idosos possam compartilhar suas vivências e opiniões contribui para políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Essas práticas ajudam a construir uma cultura de respeito, cuidado e valorização da velhice, promovendo uma sociedade mais consciente, empática e acolhedora.

Além disso, é importante estimular a chamada economia prateada, incentivando a inserção do idoso no mercado de trabalho e no empreendedorismo, reconhecendo sua capacidade produtiva e seu potencial como consumidor ativo.

Nesse contexto, torna-se fundamental a promoção de ações educativas voltadas ao envelhecimento saudável, independente e preventivo. Uma iniciativa estratégica seria a implementação da Universidade da

Maturidade no município de Pedro Afonso. Esse projeto visa oferecer oportunidades de aprendizado contínuo, inclusão social e desenvolvimento pessoal para pessoas idosas, contribuindo diretamente para a mitigação da exclusão social e para o fortalecimento da cidadania na velhice.

Portanto, integrar essas ações de forma articulada e contínua é um passo essencial para que Pedro Afonso avance rumo a um modelo de cidade mais inclusiva, inteligente e acolhedora para todas as idades, especialmente para as pessoas envelhecidas.

XI. Considerações Finais

Caminhos que valorizam a intergeracionalidade contribuem significativamente para o reconhecimento mútuo entre gerações, ao compreender que tanto os jovens quanto os adultos e idosos têm muito a ensinar e a aprender uns com os outros. Essa troca de saberes, construída ao longo da vida, fortalece os vínculos sociais e promove o bem-estar da população idosa.

No entanto, a implementação de projetos voltados para esse público enfrenta diversos desafios. Entre eles, destacam-se a escassez de recursos, o preconceito etário, a falta de acessibilidade, as barreiras na comunicação, bem como a ausência de suporte familiar e social. Dificuldades financeiras também se apresentam como entraves significativos. Além disso, a carência de políticas públicas eficazes e a resistência à mudança de atitudes comprometem diretamente o sucesso e a sustentabilidade dessas iniciativas.

Programas como a Universidade da Maturidade representam um avanço significativo ao fomentar a participação social e a autonomia das pessoas adultas/velhas, pois visam um envelhecimento ativo e significativo com potencial para ser expandido em cidades que necessitam implementar estratégias inovadoras e a criação de redes de suporte intergeracionais, pois através desses será possível construir um ambiente menos excludente e acessível para essa parcela da população.

O envelhecimento demográfico requer um planejamento comprometido, com políticas públicas eficazes que realmente façam a diferença na vida de quem envelhece. Proporciona novos desafios e a celeridade de repensar os cuidados de quem está nessa etapa da vida, com qualidade e dignidade. Por isso o Programa Universidade da Maturidade se destaca nesse contexto como uma proposta inovadora, em sintonia com os princípios do Guia Global Cidade Amiga do Idoso, do Estatuto do Idoso e da própria Constituição Federal.

As ações já concretizadas em Pedro Afonso, Tocantins apontam para o compromisso com o envelhecimento da população que habita seu território devido o olhar voltado para uma sociedade mais justa, a busca constante para garantir a igualdade de oportunidades e a participação de todos ao reconhecer e valorizar sua população idosa como parte da vida urbana. Isso resulta no avanço relevante de ações voltadas em combater desigualdades, preconceitos e barreiras que impedem o acesso pleno aos direitos fundamentais. Percebe-se que Pedro Afonso avança de forma expressiva ao reconhecer e valorizar sua população que envelhece como parte da vida urbana.

Colocar em prática o Programa Universidade da Maturidade é abrir portas para uma sociedade ainda mais justa e acolhedora. Ele cria um espaço onde as pessoas idosas podem se redescobrir, ganhar mais autonomia e se sentirem ativas e importantes na vida em grupo. Mais do que só diminuir desigualdades, o programa aproxima as pessoas, fortalece laços e cria uma rede de apoio que ajuda a envelhecer com mais dignidade, propósito e sentimento de pertencimento.

Portanto, o Programa Universidade da Maturidade - UMA se consolida em Pedro Afonso -TO como um passo significativo, abrangente e humano, onde o envelhecimento é considerado uma oportunidade para o desenvolvimento de soluções inovadoras e sustentáveis para a sociedade como um todo. Entretanto, a constituição dessa política requer articulação intersetorial, continuidade administrativa e expansão de ações estruturantes. Assim, Pedro Afonso pode se consolidar como exemplo de cidade inteligente amiga da maturidade para o Tocantins e para o Brasil.

Referências

- [1] BARROS, Aidê Do Nascimento; LEHFELD, Neide Aparecida De Souza. Fundamentos De Metodologia Científica. 3. Ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- [2] BRASIL. Constituição (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil: Texto Constitucional Promulgado Em 5 De Outubro De 1988, Com As Alterações Determinadas Pelas Emendas Constitucionais De Revisão Nos 1 A 6/94, Pelas Emendas Constitucionais Nos 1/92 A 91/2016 E Pelo Decreto Legislativo No 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação De Edições Técnicas, 2016. Disponível Em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/Handle/Id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.Pdf. Acesso Em: 20 Mar. 2025.
- [3] BRASIL. Estatuto Do Idoso. Lei Nº 10.741, De 1º De Outubro De 2003. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.Htm. Acesso Em: 23 Mar. 2025.
- [4] BRASIL. Política Nacional Do Idoso. Lei Nº 8.842, De 4 De Janeiro De 1994. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.Htm. Acesso Em: 23 Mar. 2023.
- [5] CACHIONI, Meire; SOUSA, L. F. Letramento Digital E Envelhecimento Ativo: Desafios E Possibilidades Para Idosos No Brasil. Revista Brasileira De Educação, V. 25, 2020.
- [6] CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Novo Regime Demográfico: Uma Nova Relação Entre População E Desenvolvimento? Rio De Janeiro: Ipea, 2016.

- [7] CASTELLS, Manuel. A Sociedade Em Rede. São Paulo: Paz E Terra, 2018.
- [8] CICERO, Marco Túlio. Saber Envelhecer E Amizade. Porto Alegre: L&PM, 2024.
- [9] DE SOUZA, Marileide Carvalho. Universidade Da Maturidade, Polo Barreiras-Bahia: Uma Implementação De Política Pública De Atendimento Às Pessoas Adultas/Idosas. Palmas: UFT, 2023.
- [10] DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: Transformando Ideias Em Negócios. Rio De Janeiro: Elsevier, 2018.
- [11] FREIRE, Paulo. Pedagogia Da Esperança: Um Reencontro Com A Pedagogia Do Oprimido. Notas Ana Maria Araújo Freire. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1992.
- [12] GIL, Antonio Carlos. Métodos E Técnicas De Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- [13] GONÇALVES, José Luiz. Pesquisa Exploratória E Seus Impactos No Desenvolvimento Do Conhecimento Científico. São Paulo: Unesp, 2014.
- [14] IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção Da População Do Brasil. Disponível Em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso Em: 23 Mar. 2025.
- [15] IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua: Características Dos Idosos No Mercado De Trabalho No Brasil. Rio De Janeiro: IBGE, 2022. Disponível Em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso Em: 16 Mar. 2025.
- [16] LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Fundamentos De Metodologia Científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- [17] LAURIZ, Patrícia. Censo 2022: Veja As Cinco Cidades Tocantinenses Com Maior Índice De Envelhecimento Da População. Disponível Em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/28/cento-2022-veja-as-cinco-cidades-tocantinenses-com-maior-indice-de-envelhecimento-da-populacao.ghtml>. Acesso Em: 11 Abr. 2025.
- [18] LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. Pesquisa Em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- [19] MENDES, Elizabete Cristina; CACHIONI, Meire; DA SILVA, Edson. Aprendizagem Ao Longo Da Vida E Envelhecimento Ativo: Contribuições Das Universidades Abertas Da Terceira Idade. Revista Kairós, São Paulo, V. 20, N. 2, 2017.
- [20] OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento Ativo: Uma Política De Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana Da Saúde, 2005. Disponível Em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/67215>. Acesso Em: 16 Mar. 2025.
- [21] OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial Sobre O Envelhecimento E Saúde. 2015. Disponível Em: <https://www.who.int/ageing/publications/world-report-2015/en/>. Acesso Em: 23 Mar. 2025.
- [22] OSÓRIO, Neila Barbosa. Educação Intergeracional E Envelhecimento Ativo: Experiências E Desafios. Palmas: UFT, 2023.
- [23] REY, Fernando Cássio. Pesquisa Qualitativa: Princípios E Métodos. Rio De Janeiro: Vozes, 1998.
- [24] SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia Do Trabalho Científico. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2022. Disponível Em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11345/11345_3.pdf. Acesso Em: 23 Mar. 2025.
- [25] SILVA NETO, Luiz Sinesio; OSÓRIO, Neila Barbosa. Educação Na Velhice? Uma História De 11 Anos Na Universidade Federal Do Tocantins. DESAFIOS - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins, V. 4, N. 3, P. 01–02, 2017. DOI: 10.20873/Uft.2359-3652.2017v4n3p1. Disponível Em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/4130>. Acesso Em: 26 Jun. 2025.
- [26] TOCANTINS. O Tocantins. Disponível Em: <https://www.to.gov.br/pge/o-tocantins/bc6xc8ay67l>. Acesso Em: 10 Abr. 2025.
- [27] UNIVERSIDADE DA MATURIDADE. Nossa História. Disponível Em: <https://sites.uft.edu.br/uma/nossa-historia/>. Acesso Em: 25 Jun. 2025.
- [28] UNIVERSIDADE DA MATURIDADE. Uma Proposta De Educação Para Adultos E Velhos. Tecnologias Sociais | Transforma. Disponível Em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/universidade-da-maturidade-uma-proposta-de-educacao-para-adultos-e-velhos>. Acesso Em: 26 Jun. 2025.
- [29] VALER, Daiany Borghetti. O Significado De Envelhecimento Saudável Para Pessoas Idosas Vinculadas A Grupos Educativos. Disponível Em: <https://www.scielo.br/JRbgg/A/Zsntzw4phmlwkpmjrcjrkj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso Em: 6 Jun. 2025.